

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	50
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	3.415.556	3.471.254
1.01	Ativo Circulante	339.460	415.659
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	277.374	338.844
1.01.03	Contas a Receber	46.272	44.908
1.01.03.01	Clientes	46.272	44.908
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.095	17.381
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.095	17.381
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.716	7.571
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.003	6.955
1.02	Ativo Não Circulante	3.076.096	3.055.595
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	206.917	192.041
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	22.201	41.513
1.02.01.04	Contas a Receber	38.816	1.663
1.02.01.07	Tributos Diferidos	145.681	148.837
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	219	28
1.02.03	Imobilizado	6.075	7.134
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.075	7.134
1.02.04	Intangível	2.863.104	2.856.420
1.02.04.01	Intangíveis	2.863.104	2.856.420
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.053.429	1.076.459
1.02.04.01.02	Intangível - Infraestrutura	1.809.675	1.779.961

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	3.415.556	3.471.254
2.01	Passivo Circulante	372.942	450.336
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.543	8.867
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.007	1.283
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.536	7.584
2.01.02	Fornecedores	116.221	143.793
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	116.221	143.793
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.832	17.412
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.835	14.109
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.997	3.303
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	209.114	260.546
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	90.089	94.237
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	90.089	94.237
2.01.04.02	Debêntures	119.025	166.309
2.01.05	Outras Obrigações	31.232	19.718
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	24.479	4.059
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	24.479	4.059
2.01.05.02	Outros	6.753	15.659
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	1.611	915
2.01.05.02.05	Outros passivos	5.142	14.744
2.02	Passivo Não Circulante	2.203.372	2.190.311
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.686.559	1.763.589
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	261.469	328.861
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	261.469	328.861
2.02.01.02	Debêntures	1.425.090	1.434.728
2.02.02	Outras Obrigações	467.928	396.327
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	396.380	383.230
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	396.380	383.230
2.02.02.02	Outros	71.548	13.097
2.02.02.02.03	Outros Passivos	11.548	13.097
2.02.02.02.04	Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	0
2.02.04	Provisões	48.885	30.395
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.313	735
2.02.04.02	Outras Provisões	43.572	29.660
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	43.572	29.660
2.03	Patrimônio Líquido	839.242	830.607
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	86.455	77.820

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	203.315	592.691	231.495	639.998
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-112.625	-346.189	-138.716	-340.065
3.03	Resultado Bruto	90.690	246.502	92.779	299.933
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.628	-20.885	-2.621	-44.761
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.767	-21.010	-2.647	-13.211
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	139	125	26	-31.550
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	85.062	225.617	90.158	255.172
3.06	Resultado Financeiro	-77.216	-212.752	-53.020	-185.359
3.06.01	Receitas Financeiras	6.749	21.479	7.136	24.767
3.06.02	Despesas Financeiras	-83.965	-234.231	-60.156	-210.126
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.846	12.865	37.138	69.813
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.799	-4.230	-12.363	-23.456
3.08.01	Corrente	568	-1.074	-8.426	-9.221
3.08.02	Diferido	-3.367	-3.156	-3.937	-14.235
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.047	8.635	24.775	46.357
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.047	8.635	24.775	46.357
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	5.047	8.635	24.775	46.357
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.047	8.635	24.775	46.357

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	233.864	194.473
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	402.937	386.774
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e CS	12.865	69.813
6.01.01.02	Depreciação e amortização	126.777	70.923
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	26.094	11.407
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	238.799	204.123
6.01.01.05	Margem de construção - ICPC01	-1.315	-1.909
6.01.01.06	Perda na baixa de imobilizado e intangível	209	32.019
6.01.01.07	Provisão para contingências	4.578	398
6.01.01.08	Receita diferida	-5.070	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	34.308	28.548
6.01.02.01	Contas a receber	-1.396	166
6.01.02.02	Tributos a recuperar	8.167	-2.251
6.01.02.03	Partes relacionadas	29	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas	3.664	-3.097
6.01.02.05	Outros ativos	-31.198	4.986
6.01.02.06	Fornecedores	17.572	22.216
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	676	-2
6.01.02.08	Tributos a pagar	-8.967	4.502
6.01.02.10	Provisão para contingência	-4.578	-398
6.01.02.11	Outros passivos	50.339	2.426
6.01.03	Outros	-203.381	-220.849
6.01.03.01	Juros pagos de empréstimos, debêntures e mútuo	-174.528	-172.618
6.01.03.02	Correção monetária pagas de emprést e debêntures	-26.219	-44.638
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.634	-3.593
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-178.640	-138.558
6.02.01	Aplicações financeiras	-598	-40.000
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-1.083	-1.184
6.02.03	Adições ao intangível	-176.959	-97.374
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-116.694	-120.746
6.03.01	Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	-116.694	-110.746
6.03.02	Pagamento de dividendos	0	-10.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-61.470	-64.831
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	338.844	337.399
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	277.374	272.568

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.635	0	8.635
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.635	0	8.635
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	77.820	8.635	0	839.242

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.582	0	21.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.582	0	21.582
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	22.350	21.582	0	796.719

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	636.316	683.545
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-207.930	-282.230
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-207.930	-282.230
7.03	Valor Adicionado Bruto	428.386	401.315
7.04	Retenções	-126.777	-70.928
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-126.777	-70.928
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	301.609	330.387
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.607	24.803
7.06.02	Receitas Financeiras	21.479	24.766
7.06.03	Outros	128	37
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	323.216	355.190
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	323.216	355.190
7.08.01	Pessoal	26.051	21.547
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.650	17.330
7.08.01.02	Benefícios	4.113	2.975
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.288	1.242
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.350	71.566
7.08.02.01	Federais	28.008	46.876
7.08.02.02	Estaduais	160	98
7.08.02.03	Municipais	25.182	24.592
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	235.180	215.720
7.08.03.01	Juros	233.076	208.509
7.08.03.02	Aluguéis	1.995	3.152
7.08.03.03	Outras	109	4.059
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.635	46.357
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.635	46.357

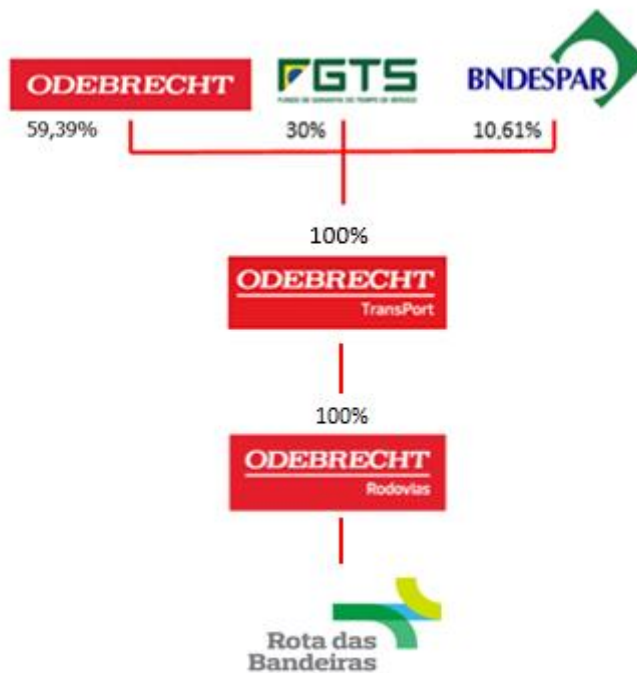
Comentário do Desempenho

Itatiba, 13 de novembro de 2018 - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Condensadas (ITR), relativos ao exercício findo em 30 de setembro de 2018, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

1. Apresentação

Histórico

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. é controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A., conforme organograma abaixo:



A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Características do Projeto

Comentário do Desempenho

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), prolongamento da SP-083 (Anel Sul de Campinas), via perimetral de Itatiba e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,5% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios, atingindo mais de 2,7 milhões de habitantes, e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,5 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os município de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Um forte atrativo de desenvolvimento para a região é o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. No terceiro trimestre de 2018, o aeroporto de Viracopos transportou 62.9 mil toneladas de cargas e movimentou 2,5 milhões de passageiros.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras atende seus usuários através de 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 91 câmeras de monitoramento. A Companhia possui 64 profissionais de resgate, 82 operadores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO),

Comentário do Desempenho

além de diversos tipos de veículos de apoio. Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 274 atendimentos por dia no terceiro trimestre de 2018.

2. Sumário Executivo

Cenário Macroeconômico¹

O cenário internacional segue desafiador com sinais de robustez da economia americana e o risco de ajuste mais expressivo da taxa básica de juros. Além disso, a continuidade do embate entre EUA e China contribui para ambiente de maior cautela. O novo governo no Brasil não poderá contar com ambiente externo favorável, o que eleva a pressão sobre a próxima administração para entregar reformas importantes, como a previdenciária, relativamente rápido.

O IPCA mostrou alta maior que a projetada em setembro, resultado puxado, entre outros fatores, pelo impacto dos reajustes de combustíveis efetuados no mês. Além disso, a aceleração dos preços dos alimentos – reflexo do repasse das pressões do atacado ao varejo – pressionou o índice. A alta do IPCA em setembro (0,48%) refletiu, em grande medida, o avanço do grupo Transportes. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 4,19%.

A aceleração do IGP-M em setembro foi influenciada pelo movimento dos preços do atacado. Em 12 meses, o índice acumula alta de 10,04%.

A taxa de câmbio BRL/USD encerrou setembro em R\$ 4,004/US\$, queda de 3,2% ante o fechamento de agosto (R\$ 4,135/US\$). A acomodação global do dólar e uma visão menos pessimista sobre o desfecho eleitoral ajudaram a arrefecer as pressões mais agudas. Já a média do período ainda teve forte alta de 4,1%, para R\$ 4,116/US\$.

Reflexo na Companhia

Sessenta por cento da Receita de Pedágio da Companhia é atrelada ao tráfego dos veículos pesados, devido a suspensão do pagamento de eixo suspenso a partir do dia 31 de maio de 2018, o tráfego de veículos pesados em VEQ (Veículos Equivalentes) ficou 4,4% abaixo do terceiro trimestre de 2017 e o tráfego de veículos leves apresentou aumento de 0,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar da não cobrança do eixo suspenso, a Receita de Pedágio apresentou aumento de 0,3%.

¹ Fonte: Tendências Consultoria Integrada – Outubro/2018.

Comentário do Desempenho

A margem EBITDA² apresentou queda de 0,2 p.p. quando comparado ao mesmo período de 2017 (de 83,9% para 83,7%).

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia alcançou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 1,34x, superior ao limite mínimo exigido de 1,20x. Este resultado demonstra a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações mesmo com a suspensão da cobrança do eixo suspenso.

3. Destaques

- Receita Bruta de Pedágio: Crescimento de 2,7% no 9M18 comparado ao 9M17;
- EBITDA²: Aumento de 0,5% no 3T18 vs 3T17, apresentado valor de R\$ 133.606.

4. Desempenho Econômico Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao 3T18 e ao 3T17.

Tráfego

Tráfego	milhares					
Categoria	3T18	3T17	Var. %	9M18	9M17	Var. %
Pesado	12.887	13.478	-4,4%	37.681	37.769	-0,2%
%Veic. Eq. Totais	58,8%	59,9%	-1,1 p.p.	58,8%	58,6%	0,2 p.p.
Leve	9.045	9.029	0,2%	26.442	26.711	-1,0%
%Veic. Eq. Totais	41,2%	40,1%	1,1 p.p.	41,2%	41,4%	-0,2 p.p.
Total Veq.¹	21.932	22.507	-2,6%	64.123	64.479	-0,6%
Tarifa média ²	7,74	7,52	2,9%	7,60	7,37	3,2%

¹ Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);

² A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.

² EBITDA Ajustado de acordo com quadro "Composição do EBITDA" abaixo.

Comentário do Desempenho

No terceiro trimestre de 2018, o tráfego pedagiado alcançou um total de 21.932 mil em VEQ, apresentando redução de 2,6% ante ao mesmo período do exercício anterior. O resultado foi afetado principalmente pela suspensão de cobrança dos eixos suspensos.

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais					
	3T18	3T17	Var. %	9M18	9M17	Var. %
Receita bruta de serviços	218.359	246.755	-11,5%	636.317	683.544	-6,9%
Receitas de pedágio	169.849	169.324	0,3%	487.587	474.964	2,7%
% Receita Totais	83,5%	73,1%	10,4 p.p.	82,3%	74,2%	8,1 p.p.
Receitas acessórias e outras	4.792	4.469	7,2%	17.170	17.711	-3,1%
% Receita Totais	2,4%	1,9%	0,4 p.p.	2,9%	2,8%	0,1 p.p.
Receita de construção	43.718	72.962	-40,1%	131.560	190.869	-31,1%
% Receita Totais	21,5%	31,5%	-10 p.p.	22,2%	29,8%	-7,6 p.p.
Impostos e contribuições sobre serviço	- 15.044	- 15.260	-1,4%	43.626	43.547	0,2%
% Receita Totais	-7,4%	-6,6%	-0,8 p.p.	-7,4%	-6,8%	-0,6 p.p.
Receita Líquida de serviços	203.315	231.495	-12,2%	592.691	639.997	-7,4%

A **Receita Bruta** da Companhia totalizou R\$ 218.359 mil, apresentando uma redução de 11,5% no 3T18 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 169.849 mil no 3T18, o que representou um aumento de 0,3% se comparadas ao mesmo período do ano anterior.

As **Receitas Acessórias** foram de R\$ 4.792 mil no 3T18, apresentando um aumento de 7,2% em relação a 3T17.

Custos e Despesas

Os Custos e Despesas Totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Custos de Construção, Depreciação/Amortização e Despesas Gerais e Administrativas. Seguem abaixo os resultados do 3T18:

Comentário do Desempenho

Descrição	Em milhares de reais			Em milhares de reais		
	3T18	3T17	Var. %	9M18	9M17	Var. %
Custos	(112.621)	(138.716)	-18,8%	(346.185)	(340.065)	1,8%
Custos dos Serviços Prestados	(20.398)	(24.872)	-18,0%	(63.181)	(69.195)	-8,7%
Provisão de Conserva Especial	(6.906)	(11.704)	-41,0%	(26.094)	(12.529)	
Custos de Construção	(43.281)	(72.215)	-40,1%	(130.244)	(188.943)	-31,1%
Depreciação/Amortização	(42.036)	(29.925)	40,5%	(126.666)	(69.398)	82,5%
Despesas	(5.769)	(2.647)	118,0%	(21.012)	(13.211)	59,0%
Despesas gerais e administrativas	(5.627)	(2.224)	153,1%	(16.432)	(12.788)	
Provisão de Contingências	(142)	(423)	-	(4.580)	(423)	
Total	(118.390)	(141.363)	-16,3%	(367.197)	(353.276)	3,9%

Os **Custos dos Serviços Prestados** totalizaram R\$ 20.398 mil no 3T18. A variação de custos apresentou uma queda de 18,0%.

As **Despesas** do 3T18 resultaram em R\$ 5.769 mil e do 9M18 ficou em R\$ 21.012.

A **Provisão de Conserva Especial** do 3T18 fechou em R\$ 6.906 mil, resultado do provisionamento de conserva especial dos próximos cinco anos.

A **Provisão de Contingências** do 3T18 resultou em R\$ 142 mil, referente aos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.

EBITDA

O EBITDA Ajustado acumulado até 30 de setembro 2018 foi de R\$ 133.606 mil, registrando crescimento de 0,5% em relação ao ano anterior.

Composição do EBITDA Descrição	Em milhares de reais			Em milhares de reais		
	3T18	3T17	Var. %	9M18	9M17	Var. %
Resultado do exercício	5.047	24.775	-79,6%	8.635	46.329	-81,4%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	77.218	53.020	45,6%	212.754	185.359	14,8%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	2.800	12.363	-77,4%	4.231	23.456	-82,0%
EBIT	85.065	90.158	-5,6%	217.159	255.144	-14,9%
Margem EBIT (%)	41,8%	38,9%	2,9 p.p.	36,6%	39,9%	-3,2 p.p.
Depreciação e amortização	42.073	31.455	33,8%	126.776	70.928	78,7%
EBITDA	127.138	121.613	4,5%	343.935	326.072	5,5%
Margem EBITDA (%)	62,5%	52,5%	10 p.p.	58,0%	50,9%	7,1 p.p.
Margem de Construção ¹	- 437 -	747	-41,5%	- 1.315 -	1.926	-31,7%
Provisão Conserva Especial ²	6.906	11.704	-41,0%	26.094	12.528	108,3%
Provisão para Contingência	140	423	-66,9%	4.579	423	982,5%
Outras receitas (despesas), líquidas	- 140 -	26	440,1%	- 126	31.576	-100,4%
EBITDA Ajustado	133.606	132.967	0,5%	373.166	368.673	1,2%
Margem EBITDA Ajustado (%)	83,7%	83,9%	-0,2 p.p.	80,9%	82,1%	-1,2 p.p.

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais			Em milhares de reais		
	3T18	3T17	Var. %	9M18	9M17	Var. %
Receitas Financeiras	6.747	7.136	-5,5%	21.477	24.767	-13,3%
Despesas Financeiras	(83.965)	(60.156)	39,6%	(234.231)	(210.126)	11,5%
Resultado Financeiro Líquido	(77.218)	(53.020)	45,6%	(212.754)	(185.359)	14,8%

No trimestre findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 77.218 mil (45,6% ante ao 3T17), esta variação ocorre principalmente em função da oscilação do IPCA, que é o principal indexador das dívidas da Companhia.

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 6.747 mil no 3T18 (redução de 5,5% sobre o mesmo período do ano anterior).

Endividamento

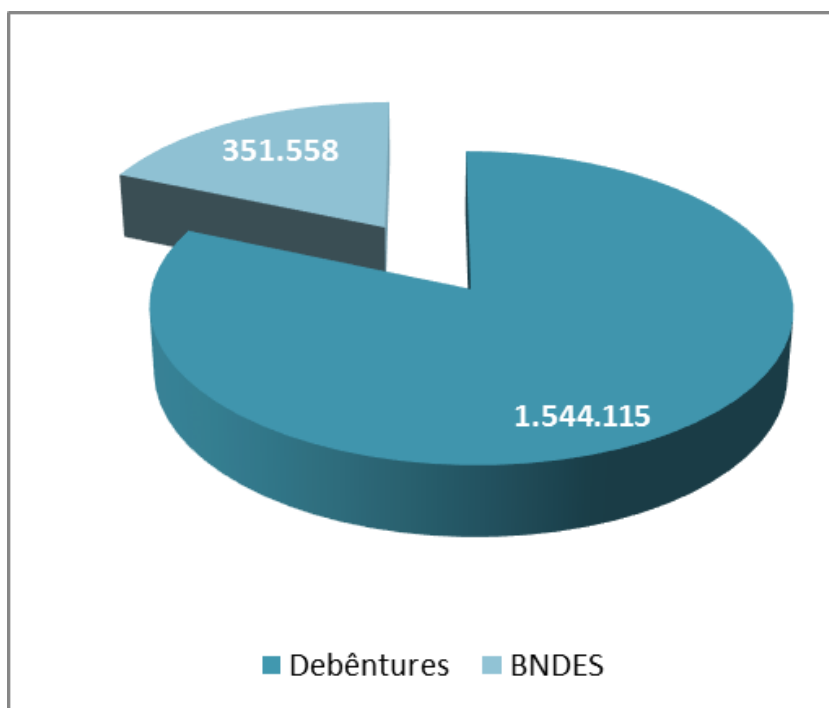
Descrição	Em milhares de reais		
	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Var. %
Dívida Bruta	1.895.673	2.024.135	-6,3%
Empréstimos e Debêntures	1.895.673	2.024.135	-6,3%
Caixa e Aplicação Financeira	(299.575)	(380.358)	-21,2%
Dívida Líquida	1.596.098	1.643.778	-2,9%

O saldo da Dívida Líquida da Companhia ficou 6,3% abaixo comparado ao período de 31 de dezembro de 2017.

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 30 de setembro de 2018:

Descrição	Em milhares de reais		
	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Var. %
Debêntures	1.544.115	1.601.037	79,1%
BNDES	351.558	423.098	20,9%
Total	1.895.673	2.024.135	100,0%

Comentário do Desempenho



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Investimentos

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia no terceiro trimestre de 2018 foram de R\$ 45.079 mil, atingindo o montante de R\$ 2,2 bilhão já investido desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 3T18 podem ser assim resumidas:

- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065) em Campinas com continuidade entre os km 131,2 e 132,4 (Marginal Sul) e conclusão entre os km 140 e 143 (Marginais Norte e Sul);
- ✓ Duplicação da Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332 - km 176 ao 180) e Rodovia Romildo Prado (SP-063 - km 0 ao 2,3);
- ✓ Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira, trecho Bandeirantes - Rod. Miguel Melhado Campos;
- ✓ Início do Retorno em desnível km 176 da SP-332;
- ✓ Retomada nos serviços de canalização do Córrego Invernada na SP-083;
- ✓ Início da implantação de passarela de pedestre km 145 e continuidade da passarela no km 134 da SP-065;
- ✓ Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento, microrrevestimento impermeável e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

Comentário do Desempenho

Resultado Líquido

A Companhia registrou em 30 de setembro de 2018 um resultado líquido acumulado positivo de R\$ 8.635 mil.

5. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, etc.

No período findo em 30 de setembro de 2018, foram realizados aproximadamente 24,7 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

- 53,3% de serviços de inspeção;
- 17,7% de serviços de guincho;
- 13,8% de serviços mecânicos;
- 3,3% de serviços pré-hospitalares e;
- 12,0% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO") como ferramenta fundamental que norteia a condução na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. A base de tudo é a confiança nas pessoas, na capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia contava com 620 integrantes em seu quadro.

Projeto Jovem Aprendiz

Comentário do Desempenho

A Companhia, em parceria com as Instituições Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI") e Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Jovem Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho. No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia contava com 26 aprendizes em seu efetivo.

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O programa é composto de várias etapas como, por exemplo, a capacitação de todos os integrantes para lidar com as diferenças e particularidades de pessoas com algum tipo de deficiência, realização de palestras sobre a importância e responsabilidade social de todos no quesito de inclusão social, dentre outras. No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia mantinha em seu quadro 11 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

6. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, estão listadas abaixo as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação da acionista nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Conselho de Administração é composto por 4 (quatro) conselheiros, sendo um Presidente e seus respectivos suplentes, os quais foram eleitos em Assembleia Geral e possuem mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício social a ser encerrado até dezembro 2018. A destituição dos Conselheiros poderá se dar a qualquer tempo pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

Comentário do Desempenho

Todos os membros do Conselho de Administração foram investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

As regras de funcionamento e de reuniões do Conselho de Administração estão contidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração aprovado na Reunião de Conselho da Companhia, em 19 de junho de 2013.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia, por ser companhia aberta, registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação de publicação no site da Companhia e no site da CVM, anualmente, do seu Formulário de Referência, contemplando inclusive todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM, assim como comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

Auditoria das Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2015, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Comentário do Desempenho

Conduta e Código de Ética

Em continuidade ao processo de instituição e reforço do Sistema de Conformidade da Companhia, iniciado em 11 de junho de 2014, foram aprovados em 17 de abril de 2017 a nova Política sobre Conformidade, com Atuação Ética, Íntegra e Transparente, bem como o Compromisso com Atuação Ética, Íntegra e Transparente que substituiu o até então vigente Código de Conduta.

O Sistema de Conformidade da Companhia é composto por um novo canal de comunicação confidencial, administrado pela empresa terceirizada ICTS, por meio do qual são recebidos, tanto 0800, quanto *website*, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são tratados por um Comitê de Ética. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Todos integrantes da Companhia tiveram treinamento sobre o Compromisso de Atuação, visando disseminar o conhecimento sobre ética na empresa.

Adicionalmente, foram editadas Instruções Normativas a respeito de assuntos como Relacionamento com Agentes Públicos, Brindes, Anticorrupção, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Fornecedores, as quais terão treinamentos específicos a serem ministrados para todos os funcionários até o final do corrente ano.

Ademais, a Companhia realiza campanhas periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", pequenas notas sobre ética em coluna denominada "Cantinho da Ética".

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em setembro de 2015, as ações socioambientais desenvolvidas pela Concessionária Rota das Bandeiras foram coroadas com a conquista do Selo Verde do Instituto Chico Mendes, que reconheceu nosso esforço e trabalho diário voltado ao meio ambiente e às comunidades do Corredor Dom Pedro.

A seguir, compartilhamos as ações que contribuíram para a conquista desta importante certificação:

Comentário do Desempenho

Responsabilidade Social

Desde o início de suas atividades, a Concessionária Rota das Bandeiras tem como um de seus pilares a responsabilidade em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o trecho concedido de rodovias. Isto significa proporcionar a cada dia mais segurança e conforto para todos.

A Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação no trânsito e segurança viária, que atendem uniformemente todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizadas.

Caia na Rede - Consciente de que o conhecimento é a chave para uma sociedade e, conseqüentemente, um trânsito mais saudável, a Rota das Bandeiras também investe na educação dos moradores das cidades que integram o trecho sob concessão. Uma das principais realizações da Concessionária neste campo é o programa Caia na Rede, lançado em maio de 2012, que leva comunidades carentes à inclusão digital. Atualmente, conta com 74 salas de aula em 15 cidades do trecho concessionado.

Rota da Educação - Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Concessionária para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação no trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos.

O Rota da Educação já beneficiou mais de 64 mil alunos desde o início de suas atividades, em um trabalho reconhecido em todo o país. Em 2015, a Concessionária apresentou o programa no prêmio DENATRAN, que elege os melhores trabalhos nacionais sobre o tema Trânsito, com o objetivo principal de incentivar a reflexão nos aspectos de segurança, respeito e cidadania no trânsito. Nesta premiação, a Companhia ficou em 2º lugar na categoria de Educação no Trânsito, concorrendo com 44 trabalhos de todo o país.

Rota Reciclável - O material recolhido nas rodovias que formam o Corredor Dom Pedro tem um novo destino. Em março de 2015, a Rota das Bandeiras inaugurou a central de triagem de material reciclável de Itatiba. O moderno espaço, cedido à Cooperativa Reviver, tem capacidade de reciclar 220 toneladas por mês, quantidade suficiente para atender o que é produzido nas cinco rodovias e também no perímetro urbano de Itatiba.

Comentário do Desempenho

Parada Legal - É consenso dentro da Rota das Bandeiras que investir em segurança e no conforto dos usuários das estradas do Corredor Dom Pedro é ter retorno certo. Isto porque quanto mais orientados forem os motoristas e melhores preparados forem os veículos que trafegam pelas nossas rodovias, menor será o índice de acidentes. Foi com base nesta filosofia que, em 2010, a Concessionária elaborou uma campanha sustentável, que atende uniformemente aos 17 municípios. Trata-se de um programa itinerante que tem como alvo os pedestres, motociclistas, caminhoneiros ou motoristas de passeio que utilizam cada uma de nossas cinco rodovias.

Por Cima do Risco - O modelo de passarela utilizado hoje em dia nas rodovias brasileiras é o dispositivo de segurança definitivo para evitar acidentes por atropelamento em pontos com grande fluxo de pedestres. Muitos usuários, porém, desconhecem os riscos de se atravessar uma estrada e, nesta hora, optam por correr o risco. Com base nessa preocupação, a campanha tem como grande objetivo orientar os pedestres sobre o exato perigo que correm cada vez que fazem uma travessia. Assim, além do risco reduzido a cada usuário orientado, a Concessionária ganha milhares de aliados na difusão destas informações. As ações acontecem sempre próximas a uma passarela de grande movimento. Ali, uma equipe da Rota das Bandeiras aborda as pessoas que relutam em utilizar o dispositivo, mesmo ele estando a poucos metros do local da travessia.

Campanha do Agasalho - Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Rota das Bandeiras. A Campanha do Agasalho, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população carente das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro.

Responsabilidade Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes.

Todas as obras executadas pela Concessionária respeitam rigorosamente as leis ambientais e visam contribuir para a recuperação e recomposição da flora e fauna do Corredor Dom Pedro. Além de estar ciente de seu papel na preservação do meio ambiente, a Rota das Bandeiras também busca contribuir para que

Comentário do Desempenho

uma nova cultura de responsabilidade ambiental seja desenvolvida nos 17 municípios que integram o Corredor Dom Pedro. Por isso, a Concessionária desenvolve atividades voltadas à educação ambiental com crianças e adolescentes.

A Companhia também desenvolve ações voltadas para gerenciamento de resíduos, consumo de água e energia, emissão de gases de efeito estufa, preservação da fauna existente às margens do Corredor Dom Pedro e à proteção do solo e dos mananciais, em caso de acidentes envolvendo cargas perigosas.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para manutenção e modernização do Corredor Dom Pedro, em 2009, a Companhia mantém um rigoroso programa reflorestamento de árvores nativas, prioritariamente em áreas de preservação permanente e formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), por meio do plantio compensatório nas áreas onde atua.

Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias, plantamos 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim desde abril de 2009, mais de 250 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis.

Além dos plantios compensatórios, a Rota das Bandeiras promove atividades ambientais com crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos que respeitem a natureza e contribuam para a formação de um planeta "mais verde", onde são realizadas excursões de escolas públicas para as áreas de plantio compensatório com intuito de conscientizar "na prática" a nova geração.

Respeito à Fauna

A Rota das Bandeiras monitora constantemente possíveis áreas de risco para impedir o atropelamento e garantir a segurança dos usuários e também dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro.

Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro, a Rota das Bandeiras prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente.

A Concessionária tem ainda parcerias com os municípios do Corredor Dom Pedro para a castração de animais domésticos, minimizando a presença desses animais às margens das rodovias.

Comentário do Desempenho

Monitoramento de Focos de Incêndio

A maior parte do Corredor Dom Pedro está localizada em uma área com clima tropical de altitude, com invernos quentes e secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto.

Por isso, a Rota das Bandeiras realiza um trabalho preventivo para minimizar o risco de incêndios, cuida com zelo da poda na faixa de domínio da Concessionária e implanta aceiros.

Além disso, a Concessionária conta com as 91 câmeras de seu Centro de Controle Operacional, um dos mais modernos do país, para o monitoramento de todo o Corredor Dom Pedro e o imediato acionamento de sua equipe, que tem caminhões-pipa à disposição, ou do Corpo de Bombeiros para o atendimento às ocorrências.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são a principal ferramenta utilizada pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência envolvendo cargas com produtos perigosos ao longo dos 297 km de rodovias sob sua responsabilidade.

A Rota das Bandeiras também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas; promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes; e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Rota das Bandeiras recolhe, em média, 47 toneladas de resíduos por mês no Corredor Dom Pedro. Mais do que simplesmente contribuir para a manutenção da boa qualidade de nossas rodovias, este trabalho também reflete a preocupação da Concessionária com as questões ambientais.

Comentário do Desempenho

Afinal, a Rota das Bandeiras possui um sistema de gestão ambiental, o qual contempla o gerenciamento e destinação adequada de resíduos, como por exemplo os resíduos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, resíduos de construção civil, varrição, entre outros.

A concessionária busca a reutilização de materiais nobres em suas obras, através de inovações tecnológicas, como o "asfalto ecológico", o qual reutiliza pneus usados como matéria-prima. A técnica já foi aplicada em trechos da SP-332, Zeferino Vaz.

Outra prática é a utilização do material fresado, oriundo da recuperação de pavimento, o qual é destinado à recuperação de vias vicinais dos municípios no entorno do Corredor Dom Pedro.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Audidores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que no trimestre findo em 30 de setembro de 2018, não houve contratações de outros serviços que não sejam os relacionados à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da intencionalidade, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e concordou com o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as devidas demonstrações contábeis condensadas relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

Comentário do Desempenho

Itatiba, 13 de novembro de 2018.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações intermediárias em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), motivada pela intenção de realizar uma oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie subordinada, a ser convolada em espécie com garantia real, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400. O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Notas Explicativas

A Concessionária possui cinco termos Aditivos Modificativos (“TAM”) com a ARTESP, sendo: **(1º)** firmado em dezembro de 2009, altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira e Paulínia A e B; **(2º)** firmado em março de 2011, estabelece a 1ª Adequação de Cronograma de obras da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do contrato de concessão, sem fixar a modalidade e prazo para tal reequilíbrio, cujos valores ainda estão sendo tratados em processos administrativos; **(3º)** firmado em setembro de 2014, referente a implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto (“PaP”) na Rodovia SP-332, além de fixar o local aonde os pórticos serão instalados, também garante o Reequilíbrio da perda de Receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do Projeto; **(4º)** firmado em Setembro de 2016, referente a implantação do PaP na Rodovia SP-360; **(5º)** firmado em setembro de 2017, define o prazo de termino do projeto PaP da Rodovia SP-332 (3º TAM) para o mesmo prazo de termino da Concessão.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$ 33.482 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 34.677), em virtude da negociação junto aos seus fornecedores de ampliação dos prazos de pagamento.

No período findo em 30 de setembro de 2018, não ocorreram mudanças relevantes.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte.

Apesar de a Odebrecht S.A., acionista indireta da Companhia, ter se comprometido com um acordo de leniência, e estar prestando todos os esclarecimentos necessários, a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos, assim como sequer foi alvo de menções e não teve nenhum executivo mencionado, indiciado, denunciado ou, tampouco, condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de outubro de 2018.

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Notas Explicativas

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas neste ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, IFRS 15 – Receita de contratos com clientes e IFRS 9 – Instrumentos financeiros, adotadas pela Companhia, não resultaram em impactos significativos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2018, sendo que as demais normas permaneceram válidas para essas Informações Trimestrais. Portanto, essas informações trimestrais não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais e, conseqüentemente, as correspondentes informações devem ser lidas em conjunto com a Nota Explicativa nº 2 daquelas demonstrações contábeis. Essas políticas foram consistentemente aplicadas em todos os períodos de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 não foram incluídas nessas informações trimestrais. Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

- a) Em vigor para períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019:
 - **IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing:** estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

Algumas das alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Notas Explicativas

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente, e a Administração está avaliando os impactos dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

2.2. Resumo das principais políticas contábeis

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2017.

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 30 de setembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	122.831	11.495	-	-
BNDES (i)	95.491	91.659	165.449	19.348
Debêntures (i)	205.105	285.862	1.362.195	591.692
Mútuos - partes relacionadas (i)	26.872	28.288	91.402	630.263
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	156.195	13.140	-	-
BNDES (i)	122.544	115.481	277.384	31.549
Debêntures (i)	215.165	203.754	1.126.551	1.107.462
Mútuos - partes relacionadas (i)	26.835	28.269	91.530	636.841

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL) e do índice de inflação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Notas Explicativas

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	6,6%	6,7%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%
IPCA (*)	3,9%	4,0%	4,0%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander - 05/10/2018.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA, foi considerada uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima, como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
TJLP (*)	6,60%	8,25%	9,90%
IPCA (*)	3,75%	4,67%	5,61%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2018 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela a seguir são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros (TJLP)

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	45.432	54.749	64.557

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	1.520.856	1.605.511	1.692.823
Empréstimo BNDES	mai/22	Alta no IPCA	64.923	68.489	72.160
Mútuo com partes Relacionadas	out/25	Alta no IPCA	476.826	521.219	567.985

Notas Explicativas

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de setembro de 2018.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas Explicativas

Os índices de endividamento em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 13)	1.895.673	2.024.135
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(277.374)	(338.844)
Aplicações Financeiras (Nota 7)	(22.201)	(41.513)
Dívida líquida	1.596.098	1.643.778
Total do patrimônio líquido	839.242	830.607
Total do capital próprio e de terceiros	2.435.340	2.474.385
Índice de alavancagem financeira - %	66%	66%

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração dessas informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	277.374	338.844
Aplicações financeiras	22.201	41.513	-	-
Contas a receber	-	-	45.848	44.452
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	712	741
	22.201	41.513	323.934	384.037
Outros passivos financeiros				
	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017		
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			1.895.673	2.024.135
Fornecedores			127.573	156.255
Fornecedores - Partes relacionadas			143	635
Mútuos - partes relacionadas			420.859	387.289
Contas a pagar			1.613	12.325
			2.445.861	2.580.639

Notas Explicativas

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	44.058	44.022
Receitas acessórias	1.790	430
Total de contas a receber	45.848	44.452
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	272.044	328.894
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	272.044	328.894
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	5
Bancos conta movimento	1.575	4.544
Numerários em trânsito	3.146	4.769
Fundo de troco	604	632
	5.330	9.950
	277.374	338.844

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito (i)	3.146	4.769
Fundo de troco	604	632
Bancos conta movimento	1.575	4.544
Aplicações Financeiras (ii)	272.044	328.894
	277.374	338.844

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 98% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e a fundos de investimentos remunerados, em sua grande parte, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 22.201 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 41.513), referente à aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – fornecedores CRB (“FIDC” ou “Fundo”) efetuada em 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de CDI 100%, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 14. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas do grupo econômico do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. A Companhia tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios dos fornecedores da Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de empresa de corretagem especializada.

Notas Explicativas

8. Contas a receber

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)</i>	39.769	41.443
Vale pedágio (i)	4.289	2.579
Receitas acessórias	1.790	430
	45.848	44.452

- (i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale-pedágio.

Em 30 de setembro de 2018, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	163.378	163.936
Amortização da outorga	1.340	1.340
Benefício fiscal (ágio) (i)	83.296	97.994
Provisão para contingências	1.768	212
Provisão para conserva especial	19.968	10.492
Outras diferenças temporárias	-	(973)
	269.750	273.001
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	47.421	43.817
Margem de construção	6.392	6.298
Encargos financeiros	10.884	12.514
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	59.372	61.535
	124.069	124.164
	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	269.750	273.001
Tributos diferidos passivos	(124.069)	(124.164)
	145.681	148.837

Notas Explicativas

A variação líquida do período findo em 30 de setembro de 2018 relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 3.156 no saldo.

- (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da controladora anterior (Odebrecht TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação		
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Total
2018	9.326	4.900	14.226
2019	16.296	19.599	35.895
2020	23.151	19.599	42.750
2021	27.786	19.599	47.385
2022	32.786	19.599	52.385
2023 em diante	54.033	-	54.033
	163.378	83.296	246.674

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	30 de setembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	3.754	(2.915)	839	1.179
Móveis e utensílios	5	830	(557)	273	283
Veículos	20	8.299	(3.938)	4.361	5.665
Obras em andamento	-	602	-	602	7
		13.485	(7.410)	6.075	7.134

b) Movimentação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo	3.604	781	8.292	7	12.684
Depreciação acumulada	(2.425)	(498)	(2.627)	-	(5.550)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.179	283	5.665	7	7.134
Adições	150	49	289	595	1.083
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(209)	-	(209)
Depreciação	(490)	(59)	(1.384)	-	(1.933)
Saldo contábil	839	273	4.361	602	6.075
Custo	3.754	830	8.299	602	13.485
Depreciação acumulada	(2.915)	(557)	(3.938)	-	(7.410)
Saldo em 30 de setembro de 2018	839	273	4.361	602	6.075

Notas Explicativas

11. Intangível

a) Composição

	30 de setembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	471.285	(61.156)	410.129	336.629
Pavimentações e conservação especial	585.705	(159.542)	426.163	496.704
Hardware equipamentos de pedágio	80.512	(17.110)	63.402	59.045
Demais melhorias e ampliações	539.795	(48.663)	491.132	359.011
Desapropriações	202.678	(17.568)	185.110	109.382
Máquinas e equipamentos	3.465	(869)	2.596	2.662
Móveis e utensílios	2.015	(459)	1.556	1.622
Veículos	911	(287)	624	822
Meio ambiente e elementos de segurança	164.805	(18.389)	146.416	138.759
Obras em andamento	82.547	-	82.547	275.325
	2.133.718	(324.043)	1.809.675	1.779.961
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(284.675)	1.052.563	1.075.513
Softwares adquiridos de terceiros (*)	2.182	(1.316)	866	946
	1.339.420	(285.991)	1.053.429	1.076.459
	3.473.138	(610.034)	2.863.104	2.856.420

(*) A taxa utilizada para amortização de *softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível – infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão, considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, as quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

As adições do período findo em 30 de setembro de 2018 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

(ii) Outros intangíveis

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de demanda limitado ao tempo do contrato.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

Notas Explicativas

b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Total
Custo	2.002.202	1.337.238	2.182	3.341.622
Amortização acumulada	(222.241)	(261.725)	(1.236)	(485.202)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.779.961	1.075.513	946	2.856.420
Adições	131.528	-	-	131.528
Amortização	(101.814)	(22.950)	(80)	(124.844)
Saldo contábil	1.809.675	1.052.563	866	2.863.104
Custo	2.133.718	1.337.238	2.182	3.473.138
Amortização acumulada	(324.043)	(284.675)	(1.316)	(610.034)
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.809.675	1.052.563	866	2.863.104

12. Fornecedores

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fornecedores nacionais	127.573	156.255
	127.573	156.255
Passivo circulante	116.078	143.158
Passivo não circulante	11.495	13.097

O saldo refere-se, substancialmente, a contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia.

13. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% / IPCA + 8,66% / IPCA + 8,11%	352.306	424.112
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57%	1.565.964	1.626.575
Custos a amortizar (c)	R\$		(22.597)	(26.552)
			1.895.673	2.024.135
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			(90.089)	(94.237)
Debêntures			(119.025)	(166.309)
(-) Passivo circulante			(209.114)	(260.546)
Passivo não circulante				
Empréstimo BNDES			261.469	328.861
Debêntures			1.425.090	1.434.728
Passivo não circulante			1.686.559	1.763.589
			(1.895.673)	(2.024.135)

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES, no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + taxa de referência + 2,32% a.a. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia recebeu no acumulado deliberações pelo BNDES, no montante de R\$ 654.938, sendo que o saldo remanescente do contrato, R\$ 266.565, não será mais desembolsado pelo BNDES.

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia liquidou parcelas do BNDES, no montante de R\$ 101.079, sendo R\$ 72.694 de principal e R\$ 28.385 de juros e correções monetárias.

Notas Explicativas

A amortização é realizada pelo pagamento mensal desde outubro de 2010. A seguir a composição dos vencimentos finais:

Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
jul/18	TJLP + 2,32%	-	805
abr/21	TJLP + 2,32%	56.966	73.218
mai/22	IPCA + 8,11%	105.303	130.215
mai/22	IPCA + 9,60%	15.373	19.076
mai/22	IPCA + 8,66%	18.227	22.569
abr/23	TJLP + 2,32%	93.877	108.814
abr/25	TJLP + 2,32%	62.560	69.415
		352.306	424.112

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia liquidou a sétima parcela referente à primeira série das debêntures, no montante de R\$ 216.363, sendo R\$ 44.000 de principal e R\$ 172.363 de juros e correção monetária.

A composição da operação da escrituração de debêntures em aberto em 30 de setembro de 2018 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
junho-10	1ª série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	800.727	840.807
junho-10	2ª série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	765.237	785.768
					1.565.964	1.626.575

O valor nominal unitário atualizado das debêntures da primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série		Datas de Amortização da Segunda Série	
	(i)		(ii)
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2023	19,00%
		julho de 2024	23,00%

- (i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado;
- (ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado.

Notas Explicativas

(c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do período / exercício	25.537	1.015	26.552	31.983
(-) Amortizações	(3.689)	(266)	(3.955)	(5.431)
Saldo no final do período / exercício	21.848	749	22.597	26.552

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2018	4.959	291	5.250
2019	4.890	215	5.105
2020	4.522	138	4.660
2021	3.750	72	3.822
2022	2.630	21	2.651
2023	1.097	10	1.107
2024 em diante	-	2	2
	21.848	749	22.597

(d) Prazo de vencimento

O montante das operações das debêntures e do BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2019	134.674	129.654
2020	196.179	199.910
2021	254.761	259.624
2022	321.735	357.311
2023	352.069	360.219
2024 em diante	427.141	456.871
	1.686.559	1.763.589

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de "project finance" ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (covenants)

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 30 de setembro de 2018.

Notas Explicativas

14. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Composição

Os saldos em 30 de setembro de 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado e os investimentos do período findo em 30 de setembro de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Saldos			Transações		
	Ativo		Passivo	Resultado		
	Contas a Receber	Fornecedores	Mútuo	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (ii)	424	2	-	615	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") (iii)	288	141	-	1.562	-	-
Odebrecht Transport S.A. ("OTP") (i)	-	-	420.859	-	-	32.731
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (iv)	-	-	-	-	211	-
Em 30 de setembro de 2018	712	143	420.859	2.177	211	32.731
Em 31 de dezembro de 2017	741	635	387.289	10.817	125	26.997

(i) OTP

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Mútuo OTP (a)	430.275	397.544
Custos de transação (b)	(9.416)	(10.255)
	420.859	387.289

- a) Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo, no valor total de R\$ 300.000 com sua controladora, que será atualizado pela variação da inflação mais juros remuneratórios, em consonância com o praticado no mercado.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou valor de mútuo com partes relacionadas de R\$ 430.275 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 397.544).

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 32.731 de juros sobre os contratos de mútuo com a OTP.

- b) Custos de transação pagos na intermediação na contratação do mútuo

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

(ii) CNO

O montante de R\$ 615 refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação) prestados pela CNO. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta o montante de R\$ 424 a receber junto a CNO, referente reembolso de custos com aquisição de materiais para obras de prolongamento da Rodovia SP 083, realizadas pelo Consórcio Corredor Dom Pedro I.

Notas Explicativas

(iii) ODBVias

O montante de R\$ 1.562 com a ODBVias refere-se à prestação de serviço de gerenciamento de engenharia às obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Ao final do período o saldo remanescente das contas a pagar foi de R\$ 141.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta o montante de R\$ 288 a receber da empresa ODBVias, referente adiantamentos concedidos, conforme previsão contratual no valor de R\$ 284 e reembolso de passivos trabalhistas de integrantes transferidos. O passivo trabalhista é composto substancialmente pelas provisões de férias e encargos sociais.

(iv) Odeprev

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta o montante de R\$ 211, referente ao plano de previdência complementar destinados aos seus integrantes.

(v) FIDC

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 22.201, referente à aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – fornecedores CRB (“FIDC”), conforme mencionado na Nota Explicativa 7.

(b) Honorários da Administração

A remuneração paga aos administradores estatutários da Companhia nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, totalizou os montantes de R\$ 1.211 e R\$ 2.508, respectivamente:

	30 de setembro de 2018	30 de setembro de 2017
Salários	978	2.120
Encargos	158	328
Previdência complementar	60	36
Outros	15	24
	1.211	2.508

15. Contingências e provisões para causas judiciais

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.161	60
Reclamações cíveis	2.776	347
Contingências tributárias	1.376	328
	5.313	735

Os montantes apresentados na tabela acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

Notas Explicativas

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, no montante estimado de R\$ 55.497 em 30 de setembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 11.576).

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta R\$ 38.816 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 1.663) na rubrica de depósitos judiciais referente a processos de natureza cível e tributária. O aumento está relacionado ao processo de Ágio na incorporação de parcela cindida de sua antiga controladora OTPP, a Companhia efetuou um depósito no valor de R\$ 37.369.

Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista OTPP, ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369, como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos.

16. Provisão para conserva especial

a) Composição

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisão de conserva especial	43.572	29.660
	43.572	29.660

b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2017	29.660
Constituição/reversão de provisão a valor presente	27.872
Baixa de conserva especial	(9.100)
Realização	(4.860)
Saldo em 30 de setembro de 2018	43.572

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 43.572 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 29.660) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,03% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos, sendo constituída também a provisão de manutenção e recuperação para os dois últimos anos previstos no contrato de concessão.

17. Antecipação de Direitos a Faturar

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	-
	60.000	-

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 60.000 referente à Antecipação de Direitos a Faturar a “XPCE VII – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados”, referente à operação que consiste na aquisição de direitos creditórios decorrentes de ações judiciais que a Companhia possui contra companhias de distribuição de energia e de abastecimento de água pela utilização de faixa de domínio localizada às margens da Rodovia Dom Pedro I. A compradora dos direitos creditórios possui a opção de venda para a Companhia no caso de insucesso destas ações, no entanto, a Companhia considera esta opção com baixa probabilidade de êxito pois todas as ações são avaliadas como Prováveis ou Possíveis de sucesso. Em contrapartida, a Companhia tem a opção de recomprar estes direitos creditórios após 30 meses.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela ODBVias e indiretamente pela OTP.

19. Receita Líquida

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	43.718	131.560	72.962	190.869
Receitas em numerário	45.898	133.121	45.842	131.242
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	113.045	325.091	114.165	318.809
Receitas de vale pedágio (iii)	10.906	29.375	9.317	24.917
Receitas acessórias	4.792	17.169	4.469	17.708
Receita de operação	174.641	504.756	173.793	492.676
Receita total	218.359	636.316	246.755	683.545
Tributos sobre serviços de operação	(15.044)	(43.625)	(15.260)	(43.547)
	203.315	592.691	231.495	639.998

- (i) Nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, a Companhia reconheceu R\$ 131.560 e R\$ 190.869, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale-pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

Notas Explicativas

20. Custos dos serviços

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Depreciação e amortização	(42.036)	(126.665)	(29.925)	(69.398)
Salários e encargos	(8.259)	(23.328)	(7.434)	(20.267)
Gastos gerais	(1.159)	(3.863)	123	(10.129)
Serviços de terceiros	(5.064)	(17.252)	(7.986)	(20.255)
Seguros	(1.578)	(4.817)	(1.890)	(4.941)
Outorga variável	(2.625)	(7.577)	(2.586)	(7.370)
Provisão para conserva especial	(6.906)	(26.094)	(11.704)	(12.528)
Materiais	(1.717)	(6.349)	(5.099)	(6.234)
	(69.344)	(215.945)	(66.501)	(151.122)
Custo de construção ICPC 01-R1	(43.281)	(130.244)	(72.215)	(188.943)
	(112.625)	(346.189)	(138.716)	(340.065)

21. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Salários e encargos	(2.720)	(7.648)	(882)	(7.097)
Serviços de terceiros	(2.105)	(6.272)	(2.001)	(4.981)
Depreciação e amortização	(36)	(112)	(1.530)	(1.530)
Materiais e equipamentos	(128)	(336)	(181)	(276)
Despesa com veículos	(139)	(275)	(225)	(229)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(196)	(532)	(117)	(117)
Despesas com viagens	(3)	(16)	(23)	(28)
Provisão para contingências	(140)	(4.578)	(423)	(423)
Gastos gerais	(300)	(1.241)	2.735	1.470
	(5.767)	(21.010)	(2.647)	(13.211)

22. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(7.319)	(23.591)	(7.329)	(17.034)
Juros sobre mútuos	(7.262)	(20.483)	(6.783)	(19.635)
Juros sobre debêntures	(37.457)	(109.414)	(36.439)	(110.352)
Custos de transação	(1.625)	(8.848)	(1.626)	(4.891)
Correção monetária sobre empréstimos, debêntures e mútuo	(26.119)	(64.267)	(5.107)	(54.219)
Juros sobre atraso	(105)	(281)	(25)	(42)
IOF	(92)	(156)	(84)	(328)
Ajuste a valor presente	(626)	(1.779)	(241)	1.121
Outras	(3.360)	(5.412)	(2.522)	(4.746)
	(83.965)	(234.231)	(60.156)	(210.126)
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	6.126	20.743	6.736	23.391
Outras	623	736	400	1.376
	6.749	21.479	7.136	24.767
Resultado financeiro, líquido	(77.216)	(212.752)	(53.020)	(185.359)

23. Outras receitas (despesas), líquidas

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Outras despesas				
Baixa do ativo intangível (i)	-	-	31	(31.567)
Baixa do ativo imobilizado	(152)	(209)	(20)	(20)
	(152)	(209)	11	(31.587)
Outras receitas				
Outras receitas	291	334	15	37
	291	334	15	37
	139	125	26	(31.550)

(i) O valor refere-se à baixa de ativos de pavimentação.

Notas Explicativas

24. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Resultado antes dos impostos	7.846	12.865	37.138	69.813
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(2.668)	(4.374)	(12.627)	(23.736)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	(36)	(46)	(363)	(247)
Outros	(95)	190	627	527
Efeito IR e CSLL no resultado	(2.799)	(4.230)	(12.363)	(23.456)
IR e CSLL corrente	568	(1.074)	(8.426)	(9.221)
IR e CSLL diferido	(3.367)	(3.156)	(3.937)	(14.235)
Total de IR e CSLL diferidos	(2.799)	(4.230)	(12.363)	(23.456)

25. Demonstração do fluxo de caixa

- a) A seguir, demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do período findo em 30 de setembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	30 de setembro de 2018	30 de setembro de 2017
Fornecedores	(46.746)	(50.841)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(46.746)	(50.841)
Adições de ativo intangível	46.746	50.841
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	46.746	50.841

26. Seguros

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, seguros de veículos e seguros-garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Seguro de Veículo	(*)
Garantia de Concessões Públicas	217.331
Risco operacional	349.969
Responsabilidade Civil	130.000
Risco de Engenharia	621.072

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

Notas Explicativas

27. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante à divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Lucro (prejuízo) do período	5.047	8.635	24.775	46.357
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	9,06	15,51	44,50	83,26

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

28. Eventos subsequentes

Em 10 de outubro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento de juros junto à OTP, no montante de R\$ 22.878, referente à 5ª amortização anual do mútuo subordinado.

Em 10 de outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamento à OTP, no montante de R\$ 19.443, referente às despesas incorridas pela OTP para cumprimento das obrigações da operação do Mútuo CRB, conforme previsão do 2º Aditamento ao Instrumento Particular do Mútuo Subordinado e Outras Avenças.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita líquida da Companhia atingiu o total de R\$ 203.315 mil no terceiro trimestre de 2018, apresentando uma queda de 22,3% em relação ao projetado. As principais variações aconteceram nas seguintes rubricas: (i) Receita de Construção, impactada diretamente pela variação dos investimentos em ampliação realizados no período, ficando 44,5% abaixo do previsto; (ii) Receita de Pedágio, que sofreu uma redução de 10,7%, devido a suspensão do pagamento de eixo suspenso a partir do dia 31 de maio de 2018 e (iii) Receita Acessória, com uma queda de R\$ 5.912 mil, referente a variação de receitas por Uso da Faixa de Domínio, Passagem de Cargas Especiais, Utilização de Acessos, entre outros.

O investimento em ampliação e manutenção realizado no trimestre findo em 30 de setembro de 2018 foi de R\$ 45.079 mil, representando uma redução de R\$ 32.888 mil em relação ao projetado.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 30/11/2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Itatiba – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis a as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance de revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1 às informações contábeis intermediárias, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e considerada como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de outubro de 2018

Nelson Fernandes Barreto Filho

CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de setembro de 2018, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de setembro de 2018.

Itatiba, 13 de Novembro de 2018.

Ana Carolina de Carvalho Farias

Diretor - Presidente

Augusto Cesar do Nascimento Beber

Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de setembro de 2018, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 30 de setembro de 2018.

Itatiba, 13 de Novembro de 2018.

Ana Carolina de Carvalho Farias

Diretor - Presidente

Augusto Cesar do Nascimento Beber

Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.